

# “O melhor dia da minha vida foi quando a conheci. O pior, quando eu a matei”

*Projeto realizado no Centro de Detenção provisória de Serra, no Espírito Santo, discute violência contra a mulher e machismo com agressores e feminicidas*

**(El País, 18/08/2019 - acesse no site de origem)**

“O melhor dia da minha vida foi quando eu conheci a Ágatha. O pior foi quando eu a matei”, diz Jhony Marcos Barcelos de Souza, 27, preso há três anos no Centro de Detenção Provisória da Serra, no interior do [Espírito Santo](#). Feminicida confesso, ele assassinou a companheira a golpes de picareta quando ela anunciou a intenção de se separar. “Pra ser sincero com você, estou melhor do que mereço”, afirma em entrevista ao EL PAÍS dentro da unidade prisional que comporta pouco mais de 580 presos, mas abriga 979. Conhecido atrás das grades como *Korbân* —palavra hebraica que significa sacrifício, em tradução livre—, Jhony fala em tom calmo: “Eu acho que deveria estar morto. Ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém”. No Brasil, onde ocorrem 13 [feminicídios](#) por dia segundo o Atlas da Violência 2019, o caso de Jhony se soma a outros milhares —4.936 só em 2017 para ser preciso— que fazem do país [um dos recordistas em morte de mulheres no mundo](#).

“Foi um momento de ira e frustração”, diz Jhony. “A polícia chegou tarde”, lamenta, referindo-se à viatura da PM que, acionada por vizinhos que ouviram a discussão do casal, não conseguiu impedir o feminicídio de Ágatha. Agora ele divide uma cela de aproximadamente quatro por três metros, feita para quatro presos, com outros seis (são dois beliches de concreto e os demais dormem no chão). A reportagem conversou com Jhony durante uma oficina do projeto Sentinela, realizada dentro do centro de detenção provisória, no dia 12 de agosto. A iniciativa busca discutir com os próprios algozes das mulheres —doze presos da unidade enquadrados nas leis [Maria da Penha](#) e de Feminicídio— questões como feminismo, [machismo](#), assédio e violência utilizando como ferramentas o diálogo e a linguagem audiovisual. Os participantes não ganham nenhum benefício por participar do projeto, como remissão de pena ou algo do tipo.

No cardápio das aulas, técnicas de roteiro e entrevista, vídeos humorísticos do Porta dos Fundos ([Piranho](#)) e da Jout Jout ([Não tira o batom vermelho](#)), e filmes como o brasileiro *Viajo porque preciso, volto porque te amo*, de Marcelo Gomes e Karim Aïnouz. “O audiovisual permite a criação de empatia, de se colocar no lugar do outro. Os filmes trazem personagens com quem eles se identificam”, explica Eliza Capai, uma das responsáveis pela iniciativa.

O grupo de 12 presos chega para a oficina com as mãos e os pés algemados, em fila e com uma escolta de guardas armados com escopetas. Em seguida as correntes são retiradas e os agentes penitenciários saem e trancam a porta que dá acesso ao local. De agora em diante os trabalhos estão a cargo de três mulheres e um homem responsáveis pelo projeto. “Achamos que seria importante falar com estes homens, que são os [perpetradores desta violência](#), tentando entender de onde ela vem e como se reproduz”, afirma Eliza. “Essa violência é normalizada desde sempre: eles crescem vendo o pai batendo na mãe, o tio na tia... A violência contra a mulher é naturalizada na sociedade como algo que sempre foi assim”, diz. “É notável o histórico de violência familiar da maioria deles [que participa do projeto]”, segue.

[O cárcere é um ambiente duro](#): dentro de uma cela de concreto, chorar e desabafar sobre problemas e medos pode ser visto como um ato de fraqueza, algo que abala a “moral e a reputação” do preso. Nas oficinas, no entanto, estes assuntos são discutidos abertamente, não raro com lágrimas rolando pelo rosto. “No ambiente de cela você tem que fazer um discurso do ser macho. Ali na oficina o cara consegue entender que não vemos um valor positivo em ser assim, e com o tempo ele se permite chegar a lugares que não chegaria em outros ambientes”, afirma Eliza. Bruno Miranda, o único homem no staff do projeto, reforça: “A cadeia é um lugar onde as pessoas estão mais sensíveis [em função de tudo o que estão vivendo](#). Eles passam o dia inteiro confinados, e a oficina é um momento de escape. Muitos choram e se abrem como nunca fizeram na vida”.

A reportagem presenciou alguns desses momentos de abertura sentimental. “Eu cresci ouvindo do meu pai que homem não chora. Quando eu tinha 14 anos ele me disse: ‘Quando eu te der uma surra e você não chorar, você vai ter virado homem’. Aí ele me bateu de cinta. Aguentei firme. Depois fui chorar no banheiro”, conta Alexandro Rodrigues da Cruz, 27, preso há dois anos e seis meses. Através das oficinas ele afirma ter conseguido entender o impacto que esta [masculinidade tóxica](#) teve em sua vida. “Sem saber direito eu reproduzia esse comportamento na relação com meu filho. Já falei pra ele ‘para de chorar que chorar é coisa de *veadinho*’, lamenta. “Eu achava isso normal antes [do projeto]. Pra você ter uma ideia: eu nunca tinha falado ‘eu te amo’ para o meu pai. Precisei vir para a cadeia para saber o valor de um abraço”.

Não faltam oportunidades para que Alex e seu pai conversem. Eles dividem uma cela junto com outros quatro internos. Pai e filho foram detidos e acusados da morte de sua madrasta, Eloina, então com 31 anos, queimada viva em uma zona rural no interior do Estado. “Como fomos os últimos a vê-la com vida, fomos acusados do crime”, diz Alex, negando qualquer participação no assassinato pelo qual irá a júri popular em breve.

A [expressão dos sentimentos](#) é um ponto crucial para o projeto, mas a equipe sabe que o processo não é simples. “Muitas vezes eles chegam reproduzindo discursos que eles sabem que é o que queremos ouvir. E a partir das provocações e deste espaço de confiança que começam embates importantes”.

### **“Estou com saudades da última vez que te vi”**

“Estou com saudades da última vez que te vi, seus sorrisos sempre ficam marcados na memória, você está nos meus sonhos, acordo pelas madrugadas te procurando no canto da cama. Quero te ver novamente, lembrar ao seu lado o dia em que nos conhecemos”. A frase foi escrita por Aílton Seara, 24, com uma bonita letra cursiva em seu pequeno caderno de capa verde, entregue aos participantes do projeto no início das oficinas e recolhido ao final —no CDP eles são proibidos de ter este material nas celas. Eles são estimulados durante o projeto a escrever cartas para suas vítimas— estejam elas vivas ou não. [Aílton matou a mulher com quem morou](#) por cinco anos a facadas durante uma discussão, e já foi condenado a 19 anos de prisão. Ele será transferido para uma unidade para presos sentenciados assim que o projeto Sentinelas for finalizado.

Eles também são incentivados a colocar no papel sua história de vida como forma de estimular a reflexão sobre o que os levou até lá. “Antes da prisão eu tinha uma vida comum, trabalhava e estudava. Eu tinha sonhos, que eu mesmo fiz com que fossem interrompidos”, escreveu Aílton. Jhony, que matou a companheira a golpes de picareta, escreve em terceira pessoa, e também

usa o caderno para registrar recordações da rotina com a companheira assassinada: “Sua [dele] companheira era o sol do seu planeta (...) quando ele [Jhony] chegava do trabalho durante horas o seu silêncio bastava. Ela só queria alguém para ouvi-la, e nada mais”. “Eu me considero mais sensível agora, depois de passar pelas aulas. Hoje agiria com inteligência, não no impulso”, diz Jhony, resumindo a importância da reflexão feita ao longo do projeto.

## “Aconteceu Maria da Penha”

A lei Maria da Penha, [que completou 13 anos neste ano e é considerada um marco](#) para o combate da violência de gênero no país, [é ainda fruto de confusão e raiva para os presos](#), numa amostra da cegueira persistente provocada pela lente machista. “Muitos dos que foram enquadrados na legislação não entendem porque estão lá dentro. Dizem que sempre tiveram estes comportamentos e nunca tiveram problemas. E de repente quando a companheira decide prestar queixa eles ficam espantados com o fato de que isso possa gerar cadeia e uma punição”, explica Eliza. Edson Martins de Oliveira, 64, o preso mais velho que participa das oficinas, é exemplo disso. “Era uma segunda-feira chuvosa, cheguei do trabalho umas 10h e comecei a tomar aquela branca purinha [cachaça] que é de costume. Comecei a bater boca com minha mulher e foi aí que aconteceu, Maria da Penha”, diz. Indagado sobre detalhes da agressão ele repete com os braços o gesto de um chacoalhão, e relativiza o crime: “Já tive muita discussão mais dura que essa e não deu em nada”.

A oficina acaba por alimentar o debate, presente também dentro das correntes feministas, sobre a prisão e o aumento da pena para crimes de gênero como instrumento solitário de correção, inclusive porque vários dos detidos estarão em breve nas ruas. “O quão transformador é o ato de simplesmente mandar um homem que cometeu violência contra mulher para uma instituição que simplesmente reforça e produz ainda mais violência?”, questiona frequentemente a filósofa norte-americana Angela Davis. “Adotar o encarceramento como estratégia é nos abster de pensar outras formas de responsabilização”, [defendeu Davis na Bahia, em 2017](#).

Na oficina, a compreensão das agressões cometidas contra as mulheres por vezes passa por fazer com que os presos se coloquem no lugar do outro. Foi o caso de Josiel de Souza Batista, enquadrado na Lei Maria da Penha por ameaçar colocar fogo na casa com a irmã dentro. “Ele tinha muito ódio da irmã, não entendia como ela podia ter feito aquilo com ele e chamado a polícia para prendê-lo”, diz Eliza. Durante a oficina foi pedido para que Josiel se colocasse no lugar da irmã. “O que você faria se ela ameaçasse atear fogo na casa e te queimar vivo?”. A resposta do preso foi seca. “Eu teria matado ela”. Eliza arrematou: “Pois é, ela só chamou a polícia, olha que bom, você está vivo”.

*Por Gil Alessi*

---

## [Violência doméstica prejudica](#)

# profissionais e empresas

*Estudos mostram que a mulher agredida falta mais, tem menos concentração e fica menos tempo no mesmo emprego*

**(O Globo, 18/08/2019 - acesse no site de origem)**

RIO - A primeira agressão veio quando a filha Sofia, hoje com 6 anos, ainda era um bebê. Um soco direto no olho foi a reação do marido ao saber que a mulher tinha falado com vizinhos sobre os filhos dela do primeiro casamento.

— Como eu ia esconder isso? Esconder meus filhos? Uma vizinha viu e chamou a polícia. Ele foi preso em flagrante, mas liberado por ter residência e emprego fixos. O casamento continuou. Ele dizia que ia mudar, me dava rosas, perfume. Minha mãe falava que toda mulher passa por isso, que o importante é ter as contas pagas e comida em casa — lembra Morghana Soares, de 32 anos, que fez mais de dez boletins de ocorrência em 11 anos de casamento.

Mãe de cinco filhos, Morghana escondia as agressões. Tinha vergonha, o que a levava a faltar ao trabalho na Avon, onde é operadora de produção. O absenteísmo é uma das consequências da violência doméstica, que afeta não só a atividade profissional das mulheres, mas também a produtividade das empresas.

Dois estudos sobre o tema, um do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e outro da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Maria da Penha, mostram que a mulher agredida falta mais, tem menos concentração e poder de decisão e fica menos tempo no mesmo emprego.

Ao investigar como o trabalho afeta a relação da mulher com o parceiro, o economista Daniel Cerqueira, do Ipea, concluiu que, entre as mulheres que estão no mercado, 52% já foram agredidas contra 24,9% entre as que não trabalham. Com o cruzamento de dados do IBGE, o estudo concluiu que as mulheres casadas que trabalham têm menos chance de serem agredidas que as empregadas que estão separadas:

— Mais de um milhão de mulheres são agredidas por ano, 79% delas têm filhos. Não conseguimos saber se a mulher já era agredida antes de separar e isso provocou a separação e as agressões continuaram ou se a violência começou após a separação. O que os dados mostram é que só a autonomia financeira não é suficiente para impedir agressões. Temos que nos antecipar ao problema, com educação de gênero para quebrar a estrutura patriarcal e dar medidas protetivas.

## **Salário até 15% menor**

Para Wânia Pasinato, socióloga e também autora do estudo, a renda permite que a mulher negocie uma vida mais segura:

— Ela faz concessões, como o marido controlar a renda.

No acompanhamento que o professor José Raimundo Carvalho, da Universidade Federal do

Ceará (UFC), faz desde 2016 com 10 mil mulheres do Nordeste, 17% das vítimas de agressão relataram entregar parte ou todo o salário para o marido. Entre as que não são agredidas, 10% fazem isso.

A aceitação ou não de um emprego também é afetada pela violência. Entre as que sofreram abusos, 23% desistiram do emprego por pressão do marido. Entre as que não sofrem violência, 9%.

— A mulher se concentra menos, dorme pior, perde poder de decisão, fica mais estressada, o que reduz a produtividade — afirma ele.

O reflexo aparece no tempo no emprego. As vítimas ficam quase cinco anos no mesmo emprego, contra mais de seis anos das que não sofrem:

— A mulher agredida falta ao trabalho 18 dias por ano. O custo disso para economia é de R\$ 1 bilhão por ano, com 15 milhões de dias perdidos e o salário delas é de 12% a 15% menor. O setor privado está muito acanhado e também precisa se responsabilizar pelo combate à violência, que custa caro ao setor produtivo.

A vida de Morghana começou a mudar quando chegou com o braço quebrado no trabalho, na Avon. A médica percebeu a violência e a encaminhou para psicólogos, advogados, apoio financeiro e o acionamento da polícia para impedir a aproximação do agressor.

A Avon criou o instituto há dois anos, após a morte de duas funcionárias. Mafoane Odara, gerente do Instituto Avon, concorda com o professor José Raimundo sobre a falta de ação das empresas:

— Cerca de 20% das faltas das mulheres são pela violência, que caem 70% quando são atendidas. Quando começamos, havia 18 denúncias, hoje são dez casos por mês. Oferecemos prevenção, acolhimento e suporte para a mulher começar de novo.

O primeiro passo é treinar a equipe:

— Marcas no pescoço podem indicar estrangulamento, que a mulher corre risco de vida e deve ser tirada de casa.

Mafoane avisa que no fim do mês será criada coalização com mais de 70 grandes empresas que vão se comprometer a implantar programas semelhantes ao da Avon. Morghana ainda luta na Justiça para ter a guarda dos filhos.

— Mas agora tenho sonhos de ter carteira de motorista, minha loja de roupas e morar noutra cidade onde eu e meus filhos estaremos seguros — afirma ela.

*Por Cássia Almeida*

---

# Embaixadora propaga projeto do TJMS de combate à violência contra a mulher

“Eu me sinto privilegiada em poder transformar minha dor em uma forma de cura para outras mulheres. O Mãos EmPENHAdas contra a violência é perfeito. É gratificante ser de MS e poder propagar um projeto nascido aqui para o Brasil inteiro”.

**(TJMS, 24/06/2019 - acesse no site de origem)**

Com essas palavras, a atriz, modelo e empresária Luíza Botelho Brunet foi empossada embaixadora do Programa Mãos EmPENHAdas contra a Violência, na manhã dessa segunda-feira (24), no plenário do Tribunal Pleno, que ficou lotado de autoridades, imprensa e pessoas que estiveram no TJMS para prestigiar o evento.

Em um discurso leve, mas carregado de emoção, Luíza parabenizou o Tribunal de Justiça por ter criado esse mecanismo tão poderoso, que pode ser usado no Brasil inteiro, minimizando assim, nas palavras dela, essa parte tão dolorosa, que é a violência contra as mulheres.

“A sociedade tem que se envolver. Homens e mulheres trabalhando para mudar esses números. Sabemos que a violência contra a mulher é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma epidemia global. Agradeço profundamente aos jornalistas por replicarem nossa fala, permitindo que as mulheres tenham uma compreensão maior, por meio da informação. Estou muito emocionada e muito feliz de levar esse trabalho adiante: um trabalho que escolhi para minha vida”, concluiu a nova embaixadora.

O presidente do TMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, destacou que nomear Brunet como embaixadora é dar mais voz e representatividade ao programa, que se tornou referência no enfrentamento à violência que deixa sequelas e causa mortes em centenas de lares.

“A missão, Luíza Brunet, que lhe está sendo dada é ser porta-voz e representante do nosso programa em todo o país, eliminando fronteiras nessa luta contra a violência. Seu papel é dar significado para que cada vez mais pessoas aceitem que isso tem sim a ver com suas vidas e sensibilizem-se para construir uma sociedade igualitária”.

Paschoal destacou ainda que as leis são instrumentos importantes para operar uma profunda transformação, contudo ele aposta no agendamento de toda a sociedade para se alcançar a tão almejada mudança cultural. “Agradeço a Luíza por aceitar nosso convite, mas as futuras gerações serão ainda mais gratas porque colherão os frutos das ações que, a cada dia, alcançam mais um degrau no enfrentamento à violência contra a mulher”, enfatizou.

A juíza Jacqueline Machado, idealizadora do programa e que responde pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, citou que o feminicídio é a expressão mais extrema da violência contra a mulher e citou que neste domingo houve mais um caso de feminicídio em MS, somando este ano 20 mulheres mortas pelo simples fato de serem mulheres.

“Estudos apontam que metade dos homicídios femininos são praticados por namorados, maridos, companheiros ou ex-companheiros, pessoas com quem a mulher tem convivência

íntima. Em 2013, a ONU já previa que 7 em 10 mulheres seriam vítimas de violência física ou sexual e esses dados mostram a complexidade do problema com que lidamos diariamente. Somos vítimas de violência institucional, de violência intrafamiliar e outras durante toda a nossa existência. Não temos ainda os mesmos direitos dos homens, as mesmas oportunidades, apesar de estar tudo na Constituição”, disse ela.

Jacqueline citou ainda que estatísticas da OMS de 2015 mostram que 14 dos 25 países que apresentam as maiores taxas de assassinatos de mulheres por questões relacionadas a cultura machista estão na América Latina e no Caribe, sendo o Brasil o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

“Em 2017, foram 4.539 homicídios de mulheres, mas só 1.133 foram registrados como feminicídio. São 13 mortes violentas de mulheres por dia no nosso país. Os tribunais, em 2017, deram 4.829 sentenças por feminicídio e movimentaram 13.825 processos de violência doméstica. O TJMS está fazendo seu trabalho na aplicação da Lei Maria da Penha. Dados do CNJ em 2018 mostram que fomos o segundo em sentenças de mérito no Brasil e o segundo em projetos de prevenção, práticas judiciais de prevenção. A Coordenadoria da Mulher, com o apoio da administração do TJ, realiza inúmeras ações em todo Estado, dando cumprimento à resolução do CNJ e capacitando servidores, magistrados, além de instituir a política estadual de enfrentamento da violência contra mulher e o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, fazendo com que políticas e instrumentos a favor da igualdade de gênero sejam inseridos no dia a dia, visando mudar essa realidade no país”.

Prestigiaram a solenidade, além do Des. Paschoal Carmello Leandro e sua esposa Célia Leandro, da juíza Jacqueline Machado, os desembargadores Luiz Tadeu Barbosa Silva, Luiz Gonzaga Mendes Marques, Eduardo Machado Rocha, Marcelo Câmara Rasslan, Alexandre Bastos, Jairo Roberto de Quadros, Geraldo de Almeida Santiago, Emerson Cafure, Dileta Terezinha Souza Thomaz e Elizabete Anache, o juiz substituto em 2º Grau Luiz Antonio Cavassa de Almeida, o juiz Eduardo Siravegna, presidente da Amamsul, e a desembargadora aposentada Maria Isabel de Matos Rocha.

Entre as autoridades estavam ainda o deputado estadual Rinaldo Modesto, representando a ALMS, Luciana Azambuja, Carla Stephanini, Tai Loschi; Paula Guitti, acompanhada de outros integrantes do IBDFam/MS, a defensora Thais Dominato Silva Teixeira, entre outros.

**Saiba mais** - Para quem não conhece, o Programa Mãos EmpENHAdas contra a Violência é uma iniciativa do TJMS para disseminar informações sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher e dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, por meio de parcerias com profissionais da área da beleza.

O programa ganhou notoriedade nacional com a declaração de apoio de várias celebridades, bem como a conquista do Prêmio Direitos Humanos 2018. A ação começou quando a juíza de MS percebeu que as mulheres falavam espontaneamente da violência sofrida durante tratamentos em salões de beleza e o reconhecimento à boa prática veio com a implantação do programa em outros Estados.

O Mãos EmpENHAdas já foi replicado em salões de beleza de São Paulo, Santarém (PA), Teresina (PI) e a partir de agosto será implantado no Rio de Janeiro. Em razão do interesse que o programa despertou em outros órgãos, o TJMS editou a Portaria nº 1.485, que regulamenta a replicação do programa Mãos EmpENHAdas, permitindo que outras instituições, em todo o

país, atuem no enfrentamento à violência contra a mulher, utilizando todo o know-how do programa, criado pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

---

## **ONU pede que Bolsonaro mantenha programas destinados a mulheres**

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, pediu nesta quinta-feira que o presidente Jair Bolsonaro mantenha os programas desenvolvidos nos últimos anos no país para esse público e que inclusive ajude a fortalecê-los.

([Agência EFE, 21/02/2019 - acesse no site de origem](#))

Após cinco anos no país, Gasman deixará o Brasil para se mudar para o México, onde fará parte da equipe do presidente Andrés Manuel López Obrador, que assumiu a presidência em dezembro do ano passado.

Apesar de notar pequenas variações nos índices de violência contra a mulher e igualdade no período que esteve no Brasil, Gasman percebe que as brasileiras estão mais “empoderadas”. Por esse motivo, ela pede que o governo federal mantenha os programas e as políticas que estão sendo desenvolvidas nos últimos anos.

“Meu pedido é para que vejam o que está sendo feito, mantenham e melhorem o que for necessário e desenvolvam novos programas e políticas para a mulher”, disse Gasman em entrevista à Agência Efe.

Gasman sabe que isso é resultado do trabalho conjunto com o governo e com a sociedade civil, algo que ela já discutiu com a ministra das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alvares. Ela, segundo a representante da ONU, expressou o compromisso de Bolsonaro com o direito das mulheres.

Os principais trabalhos que Gasman desenvolveu no Brasil desde 2013 envolvem o feminicídio, o racismo, a segurança e o empoderamento político e econômico das mulheres.

A luta para diminuir a violência contra as mulheres foi o trabalho mais difícil, mas o que ela considera como “grande triunfo” pelo fato de o problema agora ter visibilidade, provocando uma maior conscientização da sociedade e das autoridades sobre o assunto.

Segundo Gasman, 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil. A situação é considerada por ela como “crua” e “sangrenta”. Dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) mostram que 126 mulheres já foram mortas no país nos dois primeiros meses de 2019.

Embora a violência contra a mulher seja um dos problemas mais visíveis no Brasil, o racismo, a discriminação e a pobreza são temas estruturais e permanentes no país na visão de Gasman.

No entanto, Gasman considera que as mulheres no Brasil estão mais empoderadas e com



ferramentas para enfrentar esses desafios.

“As mulheres negras, as indígenas, as camponesas estão mais conscientes do que elas são, do que elas têm e de seus direitos. Por isso agora estão mais empoderadas e organizadas”, destacou.

Os problemas das mulheres no Brasil são comuns nos demais países da América Latina, uma questão que Gasman conhece profundamente, não só pelo trabalho que desempenhou na região com a ONU, mas também por sua longa carreira na luta pelos direitos das mulheres.

Gasman, que é médica, mestre em Saúde Pública pela Universidade de Harvard e doutora em Gestão e Políticas de Saúde da Universidade Johns Hopkins, foi escolhida por López Obrador para comandar o Instituto Nacional das Mulheres.

Ela dividirá a função com a ex-deputada federal Candelaria Ochoa Ávalos e a advogada Patricia Olamendi Torres.

*María Angélica Troncoso*

---

## **Instalada comissão mista de combate à violência contra a mulher**

Foi instalada nesta quarta-feira (10) a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, com a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2017/2018.

[\(Câmara dos Deputados, 10/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) foi eleita presidente do colegiado, e a relatoria continuará com a deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Elcione Barbalho, que já ocupou o cargo de procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, destacou a importância de um espaço de debate para a causa feminina.

Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



A presidente, Elcione Barbalho

“Nós formamos a maioria da população, mas em nossas demandas ainda somos tratadas como minoria. Por isso, a importância desta comissão, pois aqui temos espaço garantido para debater e colocar na pauta do Congresso Nacional as ações de enfrentamento às agressões sofridas pelas mulheres”, disse.

A deputada também citou dados sobre violência, ressaltando que o Brasil é o quinto país mais

violento contra as mulheres. Ela enfatizou as estatísticas específicas do seu estado, o Pará, no qual o índice de feminicídios supera a média nacional.

### **Relatório**

Luizianne Lins apresentou um resumo do relatório de atividades realizadas pela comissão até agora e destacou as audiências públicas para debate e conscientização.

Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



A relatora, Luizianne Lins

A deputada lembrou que a violência atinge principalmente as mulheres das camadas mais pobres, e que apesar de toda a informação e mudanças na legislação ainda há dificuldades para saber o tamanho real dessas ocorrências.

“Tudo o que falamos é do diagnóstico, do que a imprensa viu, do que as mulheres tiveram coragem de denunciar e abrir o processo. Mas a violência silenciosa, que não chega às estatísticas oficiais, ainda é uma coisa absolutamente majoritária em relação aos casos que chegam à esfera pública”, destacou.

A apresentação e discussão do relatório completo dos dados coletados pela comissão e pelo Observatório da Violência contra a Mulher foram adiadas para a próxima reunião do colegiado.

[Composição da Comissão](#)

---

## **O que sabemos sobre a investigação do estupro coletivo de uma menina de 12 anos no Rio de Janeiro**

### **Um ano depois, o mesmo crime.**

Na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, uma **menina de 12 anos** foi vítima de um estupro coletivo. A investigação ainda não tem detalhes sobre quais eram as circunstâncias do crime que, assim como o caso da jovem de 16 anos que foi estuprada coletivamente no ano passado, foi registrado em um vídeo e divulgado na internet.

[\(HuffPost Brasil, 07/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo a polícia, **pelo menos cinco rapazes** aparecem nus nas imagens. A vítima tenta se esconder atrás de uma almofada e grita pedindo para que o estupro pare, mas os homens continuam com as agressões. As frases acima compõe o vídeo.



AFP/GETTY IMAGES

*Uma das mulheres da ONG Sou da Paz posa ao lado de exibição da organização para expor e combater a violência contra a mulher. Imagens foram tiradas em 2016, após o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio.*

*“Cala a boca. Vão ficar ouvindo a sua voz e vão saber que é tu”.*

*“Tapa o rosto da novinha”.*

A denúncia foi feita na última sexta-feira (5) por uma tia da menina e está sendo investigado pela delegada Juliana Emerique, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vitima (Dcav). A investigação ainda não sabe quais eram as circunstâncias do encontro entre a jovem e os rapazes, mas é conhecido que o crime aconteceu no último domingo (30).

Segundo o jornal Extra, do Rio, a investigação pretende **não divulgar** detalhes da localização da adolescente para protegê-la. Informações preliminares dão conta de que a menina só conhecia um dos rapazes envolvidos. A delegada informou ao jornal que vai averiguar ainda quem são as pessoas nas imagens e se são maiores de idade.



FP/GETTY IMAGES

“É muito importante que quem conhecer essa história denuncie os autores. As imagens mostram que há crime. Ela tem 12 anos, o que já é estupro de vulnerável. Além disso, as imagens deixam claro que não foi consentido”, disse Emerique.

Quem souber de mais detalhes ou informações complementares sobre o caso pode levar à delegacia do Rio de Janeiro pelo número de telefone 100 ou pelo Disque-Denúncia 2253-1177.

A delegada afirmou ao G1 que há uma “gama de crimes” neste caso, **que vão além do estupro de vulnerável**. Há também a divulgação das imagens e a armazenagem dessas cenas. Para a delegada, o fato de envolver uma menina de 12 anos configura estupro **mesmo que a situação ocorresse com o consentimento da vítima**.

As penas de estupro de vulneráveis vão de 8 a 15 anos de prisão. Os criminosos, que vão responder por estupro de vulnerável, deverão ser incluídos no artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que pune quem filma e reproduz cena de sexo envolvendo crianças ou adolescentes.

“É um crime abominável, muito grave, que demanda uma ação imediata. Equipes da Dcav estão na rua para tentar identificar principalmente o local e os personagens envolvidos. Não só aqueles que praticaram o ato, mas todos aqueles que estejam difundindo as imagens pela internet”, disse a delegada, segundo o Estadão.

Quem divulgou ou compartilhou as imagens do crime pode responder por divulgação de material pornográfico envolvendo menores. Segundo o ECA, a pena vai de 3 a 6 anos de reclusão. Mas não é apenas divulgar. O ato de portar o vídeo no telefone celular ou em qualquer outro dispositivo também é crime com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

Neste sábado (6), a Polícia Civil do Rio de Janeiro encaminhou um ofício ao Facebook para que

seja retirada da rede social o vídeo divulgado com o crime. A menina deve prestar depoimento e ser encaminhada para exames nesta segunda-feira (8).

## Um ano depois, a mesma violência



ICARDO MORAES / REUTERS

Em maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi estuprada coletivamente na Comunidade na Barão, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um vídeo que mostrava a vítima desacordada foi gravado pelos criminosos e divulgado nas redes sociais. O crime, e a forma como foi divulgado pelos próprios estupradores gerou revolta e mais de 800 denúncias foram feitas ao Ministério Público do Rio.

Inicialmente, havia suspeita de que a vítima, havia sido abusada sexualmente por mais de 30 homens. Com a investigação, três pessoas acabaram formalmente acusados pelo crime e foram condenados a 15 anos de prisão em regime fechado. Dois dos acusados seguem presos e o terceiro envolvido está foragido da Justiça. A adolescente acabou sendo incluída no programa de proteção do governo.

A titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima do Rio de Janeiro, Cristiana Bento, que assumiu a investigação do caso, à época, disse que a vítima foi violentada duas vezes: pelo estupro e pela sociedade.

“Ela é vítima dos autores daquele ato de violência e da sociedade, que subtraiu dela os valores morais, sociais”, disse a delegada em audiência sobre cultura do estupro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Mulheres são violentadas a cada onze minutos no Brasil. Esta foi a conclusão do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2015. Até o ano de 2009, o estupro era considerado crime contra a honra. E ainda hoje o estupro é um dos crimes menos notificados do Brasil.

Cerca de 50 mil casos de estupro são registrados anualmente no Brasil e estima-se que isso representa **apenas 10% da quantidade dos casos**. A pessoa que é violentada, a maioria das vezes, deixa de denunciar com medo de retaliações, com vergonha de se expor, e até mesmo com receio de serem culpadas ou expostas pela violência sofrida.

## A violência contra meninas



ESLEI MARCELINO / REUTERS

Andreia M., de 23 anos, foi abusada pelo pai de uma amiga aos oito anos de idade, enquanto estudava, e escondeu o que aconteceu por vergonha e culpa. Patrícia D., de 28 anos, foi estuprada aos 16 anos por um desconhecido e, mais tarde descobriu que estava grávida. Maria C, de 32 anos, sofreu uma tentativa de estupro pelo próprio avô, aos 12 anos. Estas são só algumas das histórias que ilustram o tipo de violência sexual que milhares de meninas sofrem pelo Brasil e, em sua maioria, em silêncio. Estima-se que apenas 10% dos casos de estupro sejam notificados no País.

“A violência contra mulher começa na infância. Isso não tem como negar”, disse Viviana Santiago, especialista em gênero da ONG Plan Internacional, em entrevista ao HuffPost Brasil. “A sociedade é tão machista, que culpa uma menina como mulher por um abuso. Como se o consentimento fosse algo possível para uma criança seis e dez anos de idade, por exemplo”, completa.

Apenas por ser do sexo feminino, milhares de meninas estão sujeitas à violência e o agressor, na maioria das vezes, está dentro de casa. Elas são 94% das vítimas de estupro no Brasil, segundo dados do Ipea.

---

## **Bancada feminina promove campanha “16 Dias de Ativismos pelo Fim da Violência contra as Mulheres**

A campanha “16 dias de Ativismo” busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra o sexo feminino. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. A campanha, realizada em escala mundial de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade. Apresenta calendários adaptados à realidade de cada país.

No Brasil, neste ano, inicia-se no dia 18 de novembro, com a Marcha das Mulheres Negras, e se estende até o dia 10 de dezembro, passando pelo 6 de dezembro, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.



### **Confira a seguir a programação para os meses de Novembro e Dezembro:**

**16 (segunda-feira) a 20 (sexta-feira)** - Cardápio temático da culinária afro-brasileira no mês da consciência Negra

**Local:** Câmara dos Deputados - Restaurante do SENAC (Anexo IV - 10º andar)

**17 (terça-feira) às 14h** - Comissão Geral - “Presença da Mulher Negra na Sociedade Brasileira”

**Local:** Câmara dos Deputados - Plenário Ulisses Guimarães

**19 (quinta-feira) às 9h** - Sessão Solene: Dia da Consciência Negra

**Local:** Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos (Ala Nilo Coelho - Plenário 2)

**19 (quinta-feira) às 11h** - Audiência Pública sobre “Situação das Mulheres Negras”

**Local:** Câmara dos Deputados - Plenário Ulisses Guimarães

**24 (terça-feira) às 14h** - Audiência Pública sobre experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, como Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas- Abrigo

**Local:** Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos (Ala Alexandre Costa - Plenário 9)

**25 (quarta-feira) às 8h30** - Audiência Pública sobre a “Não à violência contra a Mulher”

**Local:** Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (Ala Nilo Coelho, Plenário 02,

Senado Federal)

**25 (quarta-feira) às 10h** - Ligue 180 - Uma Década de Conquistas

**Local:** Câmara dos Deputados - Salão Nobre

**25 (quarta-feira) às 14h** - Congresso Nacional pelo Fim da Violência contra a Mulher  
- Lançamento do Blog da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher - Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil

**Local:** Senado Federal - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ala Alexandre Costa - Plenário 9)

**25 (quarta-feira) às 16h** - Lançamento do livro e vídeo sobre Laudelina Campos Mello Fundadora da primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas

**Local:** Câmara dos Deputados - Salão Nobre

**26 (quinta-feira) às 9h30** - Pauta Feminina Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência na Lei Maria da Penha - PLC 173/2015

**Local:** Câmara dos Deputados - Auditório Freitas Nobre

**26 (quinta-feira) às 10h30** - Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente

**Local:** Câmara dos Deputados - Salão Nobre

## **Dezembro**

**1º (terça-feira) às 14h** - Audiência Pública sobre abuso sexual de meninas e mulheres no meio esportivo

**Local:** Senado Federal - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ala Alexandre Costa - Plenário 9)

**2 (quarta-feira) às 14h30** - Audiência Pública sobre PLC 347/2015 - "Mulheres que ficaram deficientes em virtude da violência doméstica"

**Local:** Senado Federal (Ala Alexandre Costa - Plenário 7)

**2 (quarta-feira) das 9h às 12h** - Seminário Mulheres, Violências e Mídias Sociais

**Local:** Senado Federal - Auditório do Interlegis (Anexo E)

**8 (terça-feira) às 14h** - Audiência Pública e Pauta Feminina: Aspectos Econômicos de Vítimas da Violência Doméstica - mulheres com deficiência

**Local:** Senado Federal - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ala Alexandre Costa - Plenário 9)

**10 (quinta-feira)** - Horário a definir - Premier do Filme "As Sufragistas"

**Local:** A definir

**10 (quinta-feira)** - Horário a definir - Lançamento do Livro "Mulheres no Poder", da escritora Schuma Schumacher

**Local:** A definir

## **Realização**



Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados  
Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal  
Bancada Feminina do Congresso Nacional

**Parceiros:**

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher  
Frente Parlamentar Mista Brasil África e de Enfretamento ao Racismo  
Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal (CDH)  
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados - CDHM  
Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal  
Juizados dos Núcleos do Ministério Público e da Defensoria Pública Especializados na  
Aplicação da Lei Maria da Penha nos Estados  
Casa Laudelina de Campos Melo  
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos  
Ministério da Justiça  
Ministério da Saúde  
Onu Mulheres  
Banco Mundial  
União Brasileira de Mulheres (UBM)

---

## **Pesquisa aponta que mulheres ainda não se sentem respeitadas no ambiente público**

**(Rádio CBN - 09/05/2015)** Entrevista com Erica Teruel Guerra, jornalista e coordenadora do um estudo que busca entender como a violência contra a mulher e o machismo atingem jovens da periferia.

A pesquisa revelou que 90% das mulheres entre 14 e 24 anos que vivem nas periferias brasileiras afirmam ter deixado de frequentar espaços públicos e de usar determinadas roupas

por medo da violência. O levantamento foi realizado pela Agência Énois - Inteligência Jovem, em parceria com os institutos Vladimir Herzog e Patrícia Galvão.

Quase 80% das entrevistadas acreditam que o machismo afetou seu desenvolvimento.

[Clique aqui para ouvir o áudio](#)

Acesse no site de origem: [Pesquisa aponta que mulheres ainda não se sentem respeitadas no ambiente público \(Rádio CBN, 09/05/2015\)](#)

---

## [6 de dezembro: homens unidos pelo fim da violência contra mulheres](#)

**(Agência Patrícia Galvão, 05/12/2014)** Envolver os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres e promover a igualdade de gênero são desafios colocados pela campanha [HeForShe](#), da ONU Mulheres, e lembrado há mais de duas décadas pela [Campanha do Laço Branco](#). A mobilização internacional ocorre no dia 6 de dezembro e integra as ações dos [16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres](#).

[easyrotator]erc\_13\_1417729648[/easyrotator]

No Brasil, as primeiras iniciativas da Campanha foram realizadas em 1999 pelo Instituto Papai, em Recife, e pelo Promundo, em Brasília. Responsável pela organização da Campanha do Laço Branco em São Paulo junto com a Ecos - Comunicação em Sexualidade, o filósofo Sérgio Barbosa explica que, além das atividades do dia 6 de dezembro, a Campanha desenvolve ações de conscientização em fábricas, empresas e instituições públicas, por meio de palestras, intervenções e ações preventivas que buscam mostrar como é possível resolver conflitos sem o uso da violência.

“O homem precisa, primeiramente, reconhecer a violência de gênero como um problema enraizado em nossa sociedade e como uma forma real de agressão, seja física ou moral, e a partir daí denunciar e mudar seus hábitos para evitar a propagação de uma cultura de violência”, completa o filósofo, que coordena o serviço de responsabilização para homens autores de violência do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Desenvolver ações nesse sentido nem sempre é fácil, pois os recursos disponíveis para as atividades são poucos. “Os órgãos públicos ainda investem muito pouco na Campanha em seu âmbito de ações preventivas de longo prazo”, lamenta.

Segundo Sérgio, a Campanha é voltada, em princípio, para homens não agressores e tem a intenção de incentivar esses homens a denunciar quando se depararem com uma situação de violência contra a mulher. “A Campanha é justamente para reforçar o lado positivo. Não é só para lembrar o massacre no Canadá, mas também para lembrar o que temos no Brasil: uma visão positiva de outros homens que não cometem violência contra a mulher e possam ser exemplos de uma sociedade mais equitativa, justa e honesta”.

## **Projeto promove educação de gênero para homens**

No interior de São Paulo, no município de São José dos Campos, o projeto Mil Homens pela Paz foi criado em agosto, no aniversário da Lei Maria da Penha, com o intuito de envolver os homens no trabalho de conscientização sobre o tema. A diretora da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura, Marcela de Andrade, lembra que, durante uma ação para mulheres em uma cooperativa de reciclagem, deparou-se com o questionamento de um grupo de homens sobre a ausência de ações específicas para o público masculino e decidiu desenvolver o trabalho.

“O objetivo do projeto é criar um ambiente para que os homens, não só os agressores, reflitam sobre essa realidade. Alguns ainda associam a violência apenas à agressão física ou não entendem o ciclo vivido pela mulher, que está envolvida emocionalmente com o agressor. Temos trabalhado isso e percebemos que conseguimos deixá-los bastante pensativos e reflexivos sobre o tema”, explica Marcela.

O projeto faz parte das ações da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) e prevê um ciclo de dez palestras para sensibilizar mil homens para as questões de gênero. No decorrer das ações foi formado o Comitê Laço Branco, que conta com representantes da sociedade civil e tem o apoio e participação da Defensoria Pública de São José dos Campos para pensar na mobilização do dia 6 de dezembro e criar uma agenda de atividades para dar continuidade ao trabalho de conscientização e prevenção da violência contra as mulheres ao longo de 2015.

Segundo o defensor Júlio Camargo Azevedo, que atua na Vara de Violência Doméstica do município, o intuito do trabalho é retirar o estigma de que o enfrentamento deva ser feito apenas pelas mulheres. Para isso, a agenda prevê a realização de cursos sobre a cultura de gênero. “Sabemos que o preconceito e a discriminação vêm de uma construção cultural e para combater isso é preciso ter ações estratégicas que contribuam para plantar uma semente de conscientização nos homens para a questão de gênero”.

## **Parlamentares mobilizam-se pelo fim da violência**

O cartão vermelho é o símbolo adotado pela Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma iniciativa inédita criada em 2011 com o objetivo de promover a reflexão dos gaúchos e dar um basta à cultura de violência presente na sociedade.

Coordenada pelo deputado Edegar Pretto (PT-RS), a Frente conta com um grupo de trabalho composto por parlamentares e representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, universidades, Secretarias Estaduais e movimentos sociais, que se reúnem a cada dois meses para avaliar o trabalho desenvolvido e propor novas ações, como o Encontro Gaúcho de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com a participação de atletas, artistas, ativistas e lideranças políticas. Em 2012, cerca de cem gaúchos cavalgaram pelas ruas de Porto Alegre para chamar atenção para a causa. Na 4ª edição do Encontro, neste 6 de dezembro, [o trajeto será feito de bicicleta, da Praça Zumbi dos Palmares até o Gasômetro](#). Em parceria com a Federação Gaúcha de Futebol, a Frente também tem desenvolvido ações de conscientização nos estádios de futebol ao final dos campeonatos.

“Aqui no Rio Grande do Sul essa cultura machista é muito forte e não é à toa que ela existe. Ela vem dos ensinamentos de homens e mulheres de que o homem é o forte, de que não fica

triste. Aos poucos estamos tentando mudar essa mentalidade. E há muita simpatia dos homens para essa luta”, ressalta o deputado.

Outro trabalho da Frente foi a organização do Relatório Lilás, publicado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS em 2013, com estatísticas de diversas secretarias estaduais sobre a violência contra a mulher e reflexões sobre feminicídio, violência de gênero e Lei Maria da Penha. O intuito é atualizar os dados do documento anualmente para servir como fonte para a implementação de políticas públicas de enfrentamento ao problema.

As ações inspiraram a criação no Estado da Rede de Frentes Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Atualmente, 53 municípios gaúchos contam com Frentes Parlamentares que fazem o mesmo trabalho no âmbito municipal. Em nível nacional, neste ano foi criado o Movimento Nacional dos Parlamentares Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, coordenado pelo deputado Edegar, com o intuito de criar Frentes por todo o Brasil. Até o momento, foi criada uma Frente em Santa Catarina e outros seis Estados manifestaram interesse pela ação.

Além da ampliação para todo o território nacional, o objetivo para 2015 é incluir o debate sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha no currículo das escolas. “Tem que haver um momento em que os professores possam falar sobre esse assunto. Se nós não interviermos na educação das crianças, a menina que vê a mãe ser violentada em casa tem um grande possibilidade de ser uma mulher submissa e o guri que vê o pai batendo na mãe pode se tornar um homem agressivo”, afirma o deputado.

### **Como surgiu a Campanha do Laço Branco**

A Campanha do Laço Branco surgiu no Canadá após o assassinato de mulheres que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Montreal. Em 6 de dezembro de 1989, um jovem armado invadiu uma sala de aula na Escola Politécnica de Montreal ordenando que todos os homens saíssem e ficassem apenas as mulheres; em seguida ele matou 14 mulheres e feriu outras 14 e logo depois se matou. No bilhete encontrado no corpo do assassino ele explicava que queria “acabar com as feministas que destruíram sua vida”. Na carta havia ainda o nome de 19 mulheres feministas que ele pretendia matar.

O crime mobilizou a opinião pública canadense, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Foi assim que um grupo de homens lançou a Campanha do Laço Branco em 1991 com a intenção de mostrar que, apesar de existirem homens violentos e agressores, existem também homens que repudiam tais atos de violência contra a mulher. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

### **Conheça a Campanha da ONU #HeForShe**

Idealizada pela ONU Mulheres, a Campanha [#HeForShe](#) foi lançada este ano para estimular o engajamento de homens pela igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher. Durante o lançamento da Campanha em Nova York, a atriz britânica Emma Watson, embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres, defendeu que “é hora de começar a ver gênero como um espectro ao invés de dois conjuntos de ideais opostos”. Para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, “violência contra a mulher é um problema global e deve ser combatido por homens e

mulheres em conjunto”.

A Campanha já conta com quase 200 mil adesões em seu site, que disponibiliza um mapa atualizado em tempo real para monitorar a participação dos homens. No Brasil, o número de adesões chega a quase 4 mil. Durante a Copa do Mundo mais de 400 torcedores cederam suas imagens para divulgação da mensagem #HeForShe. Os apoios vieram de homens e meninos de 22 países.

**Contatos:**



**Dep. Edegar Preto** - Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da violência contra as mulheres

**E-mail:** [edegar.preto@alrs.gov.br](mailto:edegar.preto@alrs.gov.br)

(51)3210-2450



**Marcela de Andrade** - Diretora da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura de São José dos Campos

(12) 3932-8629



**Sergio Barbosa** - Coordenador da Campanha do Laço Branco em São Paulo pelo Coletivo feminista  
**E-mail:** sergiofbarbosa@uol.com.br  
(11) 3812-8681

---

## **Ausência do tema da violência de gênero na corrida eleitoral é sintoma do descaso sobre as pautas das mulheres**

**(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 03/10/2014) A violência doméstica e sexual contra as mulheres é um fenômeno de extrema gravidade, que coloca em risco mais da metade da população do País, as 103,8 milhões de brasileiras contabilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, do IBGE. Calcada na desigualdade de gênero, a violência contra a mulher assume a forma de diversos crimes graves, como homicídios, estupros, torturas, cárceres privados e agressões constantes, conforme apontam diversas pesquisas (ver box).**

Ainda, a cena desses crimes costuma ser o espaço doméstico, onde as agressões físicas e verbais permeiam relações ditas de afeto, perpetuando a cultura da violência e a violação dos direitos humanos das mulheres entre gerações.

Alheia à gravidade do problema e à dimensão da parcela da população brasileira vitimizada, porém, a corrida eleitoral em 2014 foi marcada até a reta final do primeiro turno pela ausência do debate sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres, segundo as fontes ouvidas pela Agência Patrícia Galvão.

“Paradoxalmente, em uma eleição em que temos três candidatas mulheres, com duas delas com possibilidades concretas de vencer, o tema das violações de gênero não entrou no debate eleitoral”, frisa a advogada e presidente da organização Themis - Gênero, Justiça e Cidadania, Denise Dora.

### **Agenda das mulheres é ignorada**

Para a advogada, tanto as candidatas mulheres como a mídia perdem a oportunidade de

discutir o diagnóstico e a superação da desigualdade de gênero existente. Essa ausência é sintoma e prova desta desigualdade, que alimenta a invisibilidade das pautas das mulheres em uma corrida eleitoral em que [o voto feminino pode definir o resultado da disputa](#).

Denise Dora compara o processo eleitoral brasileiro com a eleição do presidente Barack Obama nos Estados Unidos, em 2008, para ressaltar a invisibilidade. “Na primeira eleição do Obama a questão racial marcou muito, houve todo um debate sobre se ter um candidato negro era superação das desigualdades ou não. O mesmo não acontece no Brasil, onde não aparece conexão dos debates e campanhas com o fato de as principais candidatas à Presidência serem mulheres”, destaca.

“Sequer aparece no debate qual o tipo de barreira que elas mesmas enfrentaram na vida. A Marina falou das dificuldades que teve por ser pobre, por ter ficado doente, e a Dilma, por ter sido presa política; mas ninguém traz à tona as barreiras enfrentadas pelas mulheres na política. Elas poderiam mostrar que nem todo mundo tem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Isso tinha que aparecer, como a questão racial apareceu na eleição do Obama”, defende.

### **Discriminação no cerne do problema**

O reconhecimento das desigualdades que estão no fundamento das relações sociais e as discriminações que elas geram, explica a advogada, é essencial para o fortalecimento da política de enfrentamento à violência, uma vez que são justamente as desigualdades que autorizam a maior parte das violações dos direitos humanos das mulheres.

Este enfrentamento, segundo a especialista, exige políticas e ações partindo tanto do Estado quanto de outros atores na sociedade, como a mídia. “Como é que a mídia no seu discurso sobre a violência pode contribuir para que ela se reduza? Qual é a participação da cultura nisso - de filmes, vídeos, novelas, da literatura? Qual é a participação das empresas? Digamos que 90% dos homens que participam das relações violentas no papel de agressores trabalham em algum lugar, batem na mulher no final do dia e na manhã seguinte vão trabalhar como se nada tivesse acontecido. Essa empresa tem alguma responsabilidade em relação a isso?”, exemplifica.

Além disso, a radialista, feminista e ambientalista Denise Viola lembra que essa é uma política pública que não diz respeito só as mulheres, pois se trata da construção de uma sociedade melhor como um todo. “A violência traz impactos para a vida física, psicológica e afetiva, e muitas vezes econômica também, de milhares de mulheres. Traz impactos negativos para as crianças que convivem com a violência dentro de casa. É responsável por perda de produtividade, pela diminuição de anos vividos, aumenta a tendência ao suicídio entre as mulheres e gasta-se muito do dinheiro público para remediar as consequências dessa grave violação”, aponta.

Para se desconstruir a cultura que alimenta essa forma de violência e trabalhar a prevenção, destaca a radialista, é preciso promover justamente um debate maior com a população. “No período que antecede as eleições é muito comum ouvir propostas vagas - como cidadania, sociedade igualitária, sociedade sustentável, justiça. Mas de que justiça, de que segurança estamos falando? Pode não ser a mesma para mim e para você. E no que diz respeito à violência contra as mulheres, ninguém vai dizer que é a favor, mas também não dizem como as propostas de prevenção e enfrentamento vão se viabilizar”, afirma.

O caminho, segundo a advogada da Themis Denise Dora, já está traçado: “A política de enfrentamento à violência contra as mulheres está estruturada em termos institucionais: tem uma lei importante com uma concepção muito boa, que é a Lei Maria da Penha, tem uma reforma no Poder Judiciário em curso, e esta é uma pauta prioritária na maioria dos Conselhos e Secretarias de Políticas para as Mulheres em vários Estados e em nível federal. Os órgãos de Segurança Pública, que resistem mais a estabelecer esse tema como parte de suas agendas, começam também a fazer isso. Mas, termos uma política estruturada do ponto de vista institucional não significa que tenhamos uma boa política, porque precisamos mais do que isso. A gente precisa pensar como essa política dialoga com outros elementos da sociedade no campo da cultura, da educação e do trabalho”, conclui.

## **Pesquisas evidenciam a gravidade do problema**

Dados da última edição do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) mostram que o número total de estupros registrados em 2012 subiu 19,3% em relação ao ano anterior, atingindo 50,6 mil casos - ou seja, quase seis denúncias a cada hora.

Com uma taxa de 4,4 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil também está entre os países com maior índice de [homicídios femininos](#): ocupa a sétima posição em um *ranking* de 84 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2012 (Cebela/Flacso). Entre 1980 e 2010, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, sendo 43,7 mil só na última década - ou seja, em média, a cada 2 horas uma brasileira foi morta em condições violentas.

Nos primeiros seis meses de 2014, a [Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180](#) realizou 265.351 atendimentos, sendo que as denúncias de violência corresponderam a 11% dos registros - ou seja, foram reportados 30.625 casos - somente por essa via em seis meses. Em 94% dos casos, o autor da agressão foi o parceiro, ex ou um familiar da vítima.

E, apesar de ser um crime e grave violação de direitos humanos, a violência segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 77% das mulheres em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente. Os dados mostram ainda que violência doméstica também atinge os filhos com frequência: em 64,50% os filhos presenciaram a violência e, em outros 17,73%, além de presenciar, também sofreram agressões.

Não à toa, a pesquisa [Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres](#), realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil. Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

Os dados revelam ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E 86% concordam que a agressão contra a mulher deve ser denunciada à Polícia, demonstrando que o enfrentamento a esta forma de violência tem o respaldo da população.

## **Saiba mais: Cobertura exclusiva do Instituto Patrícia Galvão - Mulheres nas Eleições 2014**

[>> Mulheres e negros ainda não se veem no debate eleitoral](#)

[>> Demandas das mulheres estão ausentes dos debates políticos](#)

[>> Debate sobre creche como demanda e direito das mulheres ainda é esquecido na pauta eleitoral](#)

[>> Aumento de candidatas ao Legislativo deve ser analisado sem efusividade, pondera a cientista política Céli Pinto](#)



